



Secretaria da Controladoria-Geral do Estado

Relatório de Desempenho da Gestão SCGE 2022

Março/2022



Este documento apresenta as ações promovidas pela Secretaria da Controladoria-Geral do Estado de Pernambuco (SCGE) durante o exercício de 2022, buscando o cumprimento de sua missão institucional.



Érika Gomes Lacet

Secretária da Controladoria-Geral do Estado

Filipe Camelo de Castro

Secretário Executivo de Auditoria e Governança

Renato Barbosa Cirne

Secretário Executivo de Transparência e Controle

Cláudia Regina da Cunha França

Diretora de Auditoria

Cristiana Borges de Barros e Silva Novellino

Diretora de Governança e Riscos

Daniel Ricardo Veras Tine de Oliveira

Diretor de Integridade e Correição

Thaís Siqueira de Oliveira

Diretora Convênios e Regularidade

Hugo Leonardo Ferraz Santiago

Diretora Orientação ao Gestor e Informações Estratégicas

Daniel de Andrade Penaforte

Diretor de Transparência e Participação Cidadã

Carolina Neiva Alvim

Diretor de Planejamento e Gestão

Maria Elisa de Andrade Marcelino

Diretora de Ouvidoria-Geral do Estado

Sandra Wanderley Lubambo

Diretora de Tecnologia de Informação do Controle Interno

Daniela Gonzaga da Mota

Assessora Especial de Controle Interno

Carmen Raquel Nunes Silva

Assessora Técnica



Sumário

Sumário	2
Apresentação	2
Mapa Estratégico da SCGE	3
Competência Institucional e Estrutura Organizacional	3
Execução Orçamentária	5
Atividades Desenvolvidas	6
Conclusão	17



Apresentação

As atividades desenvolvidas pela Secretaria da Controladoria-Geral do Estado (SCGE) têm evoluído ao longo do tempo com a adoção de novas práticas, funções, atividades e competências. O foco de atuação da Controladoria tem sido a valorização da parceria com o gestor público, orientando preventivamente e incentivando a transparência, a responsabilização e o relacionamento colaborativo, de modo a utilizar os recursos públicos da melhor forma, oferecendo serviços de qualidade à sociedade.

Este relatório apresenta as ações promovidas pela Secretaria da Controladoria-Geral do Estado de Pernambuco (SCGE) durante o exercício de 2022, buscando o cumprimento de sua missão institucional.

Mapa Estratégico da SCGE

A seguir, apresentamos o Mapa da Estratégia da SCGE, referente ao Planejamento Estratégico 2019-2023:

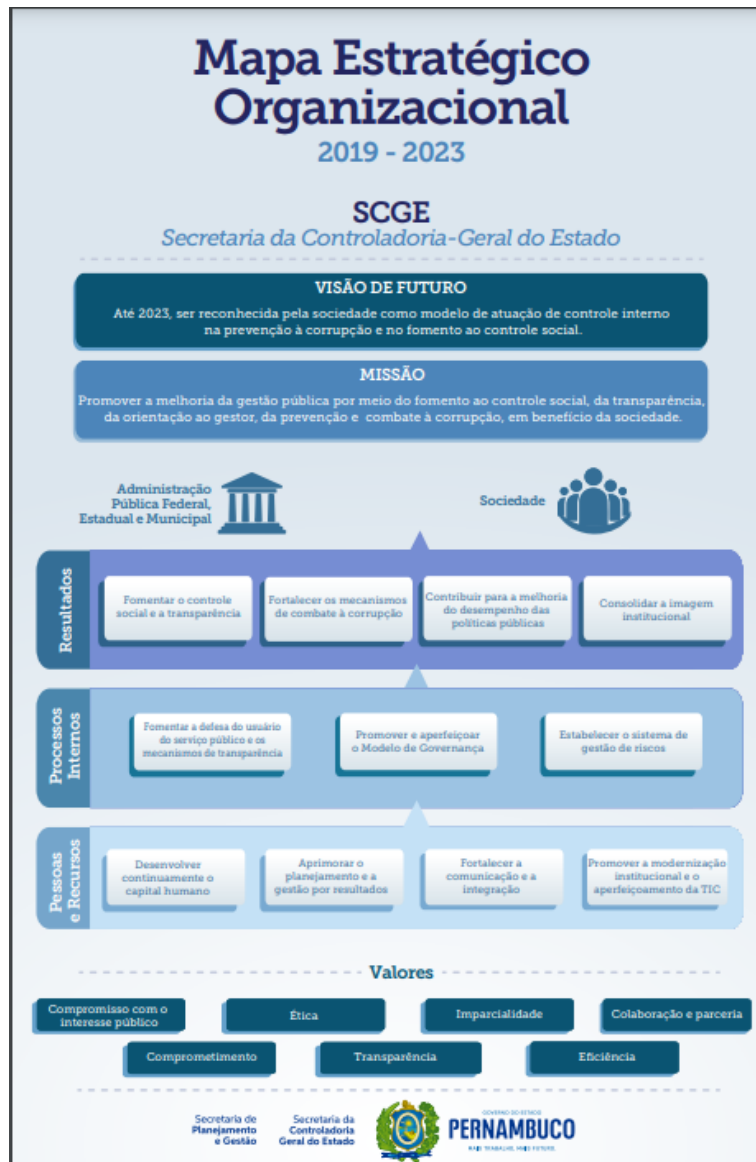


Figura 1 – Mapa da Estratégia SCGE.

Competência Institucional e Estrutura Organizacional

A Lei Estadual nº 16.520, de 27 de dezembro de 2018, atribuiu à SCGE a finalidade e a competência de coordenar o Sistema de Controle Interno da administração pública estadual, na prevenção e no combate à corrupção, na defesa do patrimônio público, no fomento ao controle social, na melhoria da qualidade do gasto, no apoio ao controle externo; exercer funções de controladoria, auditoria, ouvidoria e analisar atos de correição; e exercer o acompanhamento dos convênios celebrados com a União ou outro ente federado, desde a celebração até a prestação de contas final dos referidos instrumentos, para orientar os gestores dos órgãos e



entidades, em todas as etapas, assim como acompanhar apontamentos posteriores eventualmente apresentados por órgãos de controle externo.

Segue abaixo a estrutura organizacional da SCGE:

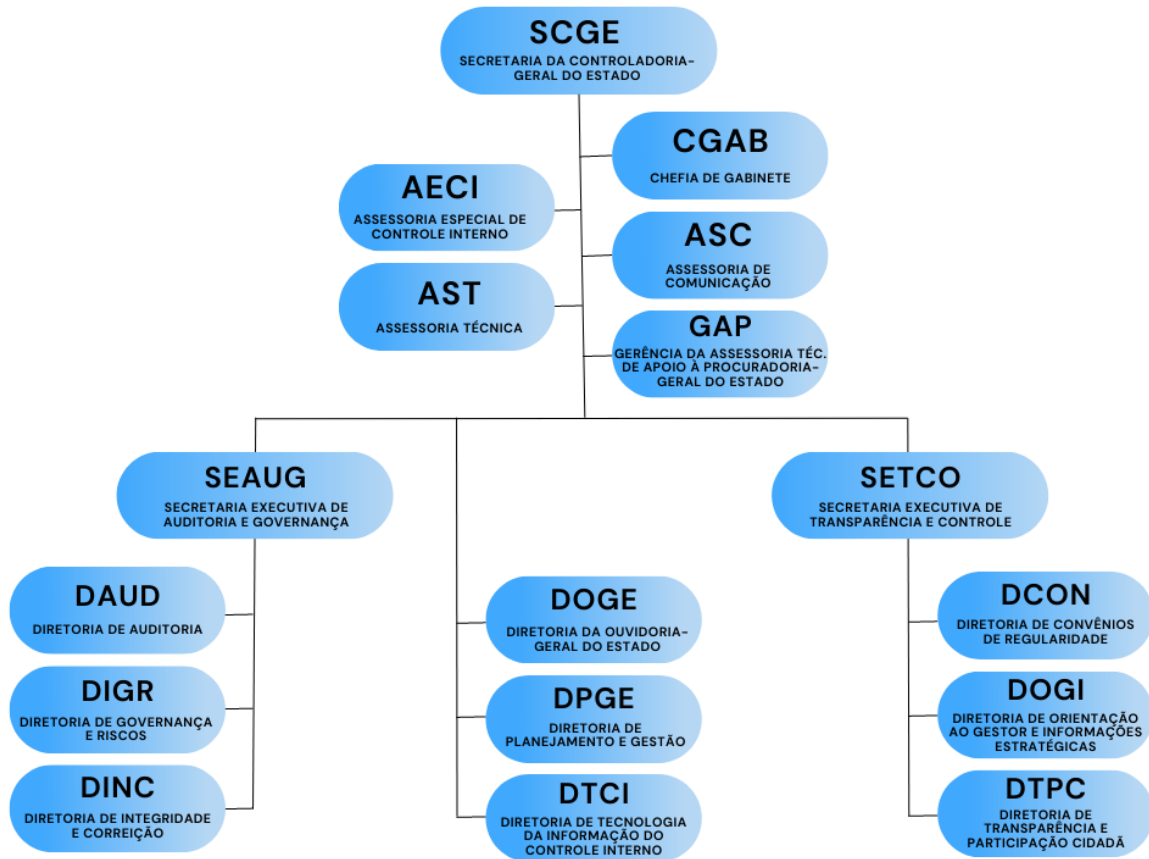


Figura 2 – Organograma SCGE.



Execução Orçamentária

Abaixo seguem os dados da execução orçamentária de 2022.

Grupo de Despesa	Orçado (R\$)	Executado (R\$)
Grupo 1	R\$ 41.292.562,76	R\$ 40.933.099,00
Grupo 3	R\$ 2.942.127,93	R\$ 2.610.289,63
Grupo 4	R\$ 2.237.680,00	R\$ 716.846,61
Total	R\$ 46.472.370,69	R\$ 44.260.235,24

Tabela 1 – Demonstrativo da evolução do orçamento do Grupo 1 e de sua execução (Fonte: extração de dados enviada pela SEFAZ).

Para fins de atendimento ao anexo XIX, da Resolução TC nº 191, de 14 de dezembro de 2022, informamos que não houve metas prioritárias executadas por esta Secretaria, no exercício de 2022.

Atividades Desenvolvidas

À Secretária da Controladoria-Geral do Estado incumbe assessorar o Governador do Estado nos assuntos de competência de sua Pasta, definir e estabelecer as políticas, diretrizes e normas de organização interna; planejar, dirigir e controlar as ações da Secretaria

As atividades da SCGE são desenvolvidas diretamente por suas unidades integrantes.

1. Gabinete do Secretário

1.1. Chefia de Gabinete

Compete à Chefia de Gabinete assistir o Secretário nos assuntos pertinentes ao âmbito do Poder Executivo Estadual, no desempenho de suas atribuições e tarefas, e assessorá-lo no exame de matérias de natureza administrativa; atuar no apoio administrativo, organizacional e logístico, atendendo a todas as necessidades de organização, despacho e distribuição de expediente; planejar, organizar, executar e apoiar atividades próprias ao desenvolvimento, fortalecimento e ampliação das relações institucionais da secretaria; articular ações com as unidades administrativas da Secretaria visando o fortalecimento da gestão; apoiar e estimular a realização de eventos institucionais promovidos pela SCGE.



1.2. Assessoria de Comunicação (ASC)

Compete à Assessoria de Comunicação assessorar o Secretário e Secretário Executivo nos assuntos relacionados à Imprensa; prestar serviços de comunicação direcionados aos ambientes interno e externo da Secretaria; coordenar o fluxo interno e externo de informações; fortalecer a comunicação interna entre a administração e os servidores; e produzir materiais de divulgação, eventos e comunicação interna.

1.3. Assessoria Especial de Controle Interno (AECI)

Compete à Assessoria de Controle Interno coordenar a elaboração da prestação de contas anual da SCGE; orientar, fiscalizar e acompanhar os controles internos quanto à conformidade, à eficácia e à eficiência; elaborar o Plano Anual de Avaliação dos Controles Internos do órgão; acompanhar a implementação das recomendações emitidas pelos órgãos de controle interno e externo; atuar como Ouvidoria da Secretaria; coordenar a elaboração, implementação, monitoramento e revisão de Plano de Integridade; orientar os servidores da SCGE com relação aos temas atinentes ao programa de integridade.

1.4. Assessoria Técnica (AST)

Compete à Assessoria Técnica assessorar o Secretário da Controladoria-Geral do Estado no exame de matérias de natureza técnica; apoiar a realização de projetos e ações de cunho estratégico; realizar estudos técnicos específicos de interesse da Secretaria.

1.5. Gerência da Assessoria Técnica de Apoio à Procuradoria-Geral do Estado (GAP)

Compete à Gerência de Assuntos Jurídicos prestar assessoramento de natureza jurídica ao Gabinete do Secretário; analisar a conformidade legal de atos normativos, processos licitatórios, contratos e convênios; prestar apoio jurídico às demais unidades administrativas da Secretaria, respeitadas as competências da Procuradoria Geral do Estado constantes da Lei Complementar nº 2, de 1990.

1.6. Secretaria Executiva de Auditoria e Governança (SEAUG)

Compete à SEAUG prestar assessoramento direto à Secretária da Controladoria-Geral do Estado; planejar e coordenar políticas, programas, ações e projetos voltados à promoção de auditoria, da governança, da integridade, da gestão de riscos e da correição;

1.6.1. Diretoria de Auditoria (DAUD)

Compete à DAUD planejar e dirigir as ações de auditoria, fiscalização e de avaliação de



controles internos da aplicação de recursos públicos estaduais; dirigir as ações de avaliação dos resultados da ação governamental e da gestão dos administradores públicos.

Seguem os principais resultados alcançados pela DAUD em 2022:

- 82 ações de fiscalização e controle em diversas Unidades Gestoras com benefício financeiro efetivo de 5.3 milhões de reais e 73% de implementação de recomendações;
- Projeto IA-CM:
 - ISI e Manual de Contabilização de Benefícios financeiros e não financeiros (em análise pela GAP);
 - Modelagem do Processo de Gerenciamento da Atividade de Auditoria Interna;
 - Estudo e elaboração das Portarias SCGE nº 32 e 33, de 25 de julho de 2022, cujos anexos únicos abordam, respectivamente, aspectos relacionados à classificação de informação de natureza sigilosa no âmbito das unidades de auditoria interna governamental desta SCGE/PE e orientações sobre a publicação dos resultados da atividade de auditoria realizada pela SCGE/PE.
- Ações de destaque:
 - Boletim Orientativo de Obras - Tema: Recebimento de Obras Públicas;
 - Emissão, em parceria com a PGE, da Cartilha sobre Reequilíbrio Econômico-Financeiro;
 - Emissão de 26 Termos de Comunicação de Inconsistências;
 - Avaliações na gestão de riscos e controles no Programa Investe Escola - PE, na SEE;
 - Plano Anual de Auditoria Interna Baseado em Riscos; e
 - Participação do Estado de PE na Câmara Técnica do IA-CM do Conaci.

1.6.2. Diretoria de Governança e Riscos (DIGR)

Compete à DIGR promover o desenvolvimento do sistema de controle interno do Poder Executivo Estadual; promover a melhoria da governança das Empresas Estatais do Poder Executivo Estadual; e fomentar a cultura de Gestão de Riscos nos órgãos e nas entidades do Poder Executivo Estadual.

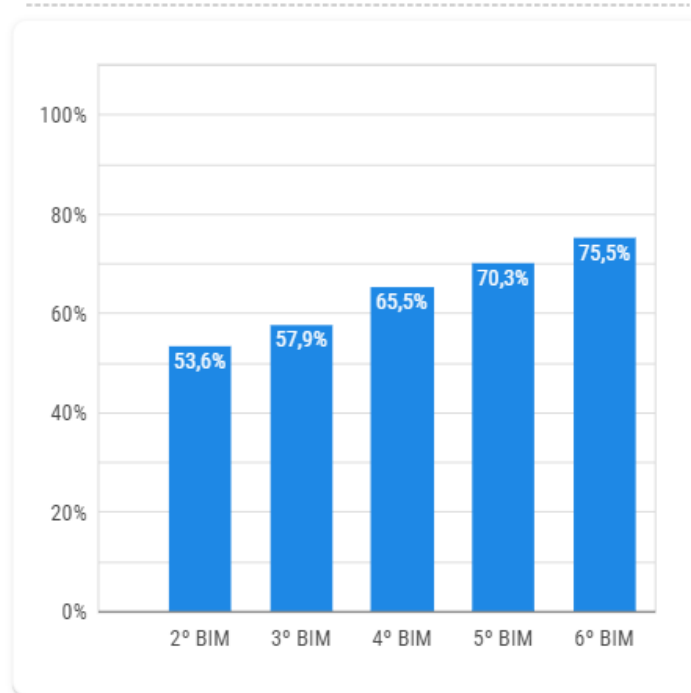
Seguem os principais resultados alcançados pela DIGR em 2022:

- Unidades de Controle Interno (UCI):
 - 57 UCIs instituídas em 2022, tendo sido 4 instituídas no último quadrimestre;



- Evolução da Média do IAS 2022 (53 UCIs monitoradas e 29 pontos de controle):

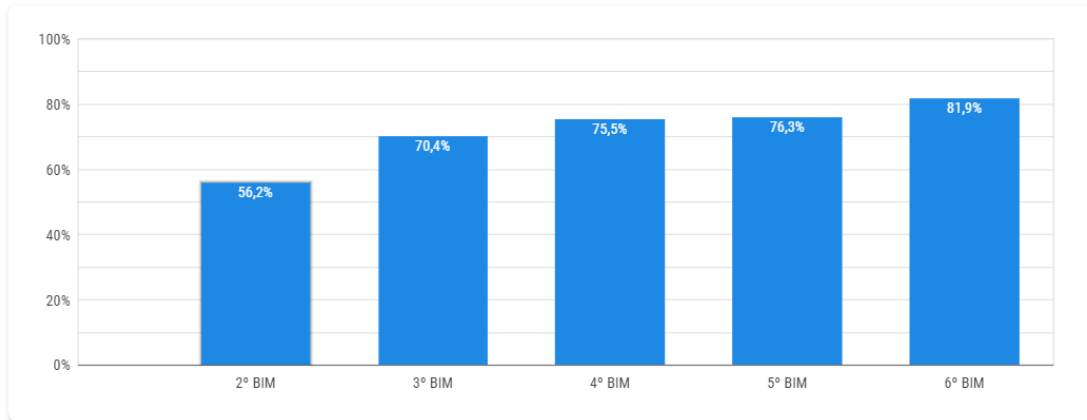
IAS - EVOLUÇÃO DA MÉDIA



- 31 UCIs no nível 5 (IAS 2022);
- UCIs com 100% de atendimento do IAS 2022: ADEPE, AGE, COMPESA, SECTI e SUAPE;
- 10 documentos de orientação, com destaque para a publicação da 2ª edição do Caderno de Boas Práticas de Controle Interno;
- 03 eventos para as UCIs, sendo 02 Reuniões Técnicas e 01 Encontro de boas Práticas;
- 19 reuniões de monitoramento;
- 33 report com as UCIs;
- 03 oficinas realizadas para as UCIs; e
- Semana de Integração, evento cujo objetivo foi capacitar as UCIs na temática de Controle Interno com carga horária de 16hs.
- Estatais PE:
 - 15 Estatais monitoradas;
 - Evolução da Média do IAE 2022 (36 pontos de controle monitorados, sendo 08 apenas aplicáveis às Estatais de Grande Porte):



IAE - EVOLUÇÃO DA MÉDIA



- 10 Estatais no nível 5 (IAE 2021);
- Estatais com 100% de atendimento do IAE 2022: ADEPE, COMPESA, COPERGÁS, LAFEPE, PERPART e SUAPE;
- 01 curso de Governança Corporativa nas Empresas Estatais;
- 14 documentos de orientação;
- 05 reuniões de monitoramento;
- 08 report com as estatais;
- Diagnóstico de Governança COPERGÁS - realizadas ações de fomento para melhoria da Governança da Copergás; e
- Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF - orientação às estatais e consolidação do “Quadro das Estatais” para envio ao STN.
- Gestão de Riscos (GR):
 - Apoio à estruturação e implementação da Gestão de Riscos da SCGE;
 - Desenvolvimento de Documentos/Modelos da metodologia de Riscos nas Contratações:
 - Conclusão minuta da Política Geral de Riscos nas Contratações Públicas;
 - 04 Palestras sobre Riscos nas Contratações;
 - 01 turma piloto do curso Riscos nas Contratações Públicas;
 - Inventário de Riscos e Controles nas Contratações Públicas publicado.
 - Atividade de consultoria:
 - Conclusão consultoria SEINFRA (iniciada em 2021)
 - Início e conclusão consultoria SETUR;
 - Início e conclusão consultoria SEDUH;
 - Início e conclusão consultoria SECTI;
 - Início consultoria PCPE;



- 10 turmas do curso Gerenciamento de Riscos em 7 Passos;
- 01 Palestra sobre a Importância da Gestão de Riscos.
- Sistema GR-PE: desenvolvimento dos requisitos do módulo gerenciamento de riscos.

1.6.3. Diretoria de Integridade e Correição (DINC)

Compete à DINC fortalecer o poder disciplinar estadual; planejar e coordenar ações, projetos e programas de estímulo à prevenção e ao combate à corrupção no âmbito do Poder Executivo Estadual; gerenciar a atuação correcional das unidades gestoras; otimizar a integração e gerenciamento das informações correcionais; revisar a análise das Tomadas de Contas Especiais instauradas no Poder Executivo Estadual.

Seguem os principais resultados alcançados pela DINC em 2022:

- Financeiro:
 - Retorno potencial de R\$ 1.2 milhão nas certificações de Tomada de Contas Especial; e
 - Retorno potencial de R\$ 8 milhões em multas aplicadas nos Processos Administrativos de Responsabilização.
- Normativo Legal:
 - Decreto nº 50.365/2021 e Portaria SCGE nº 019/2021 que tratam dos critérios e procedimentos para avaliação dos programas de Integridade das Pessoas Jurídicas que contratarem com a Administração Pública; e
 - Portaria Conjunta SCGE/SAD nº 32/2021, que trata da possibilidade de realização por videoconferência e utilização de aplicativos de mensageria instantânea nos atos processuais dos Processos Administrativos de Responsabilização.
- Operacional:
 - 11 inspeções correcionais no âmbito do Poder executivo Estadual;
 - 13 palestras e cursos acerca de correição e Tomada de Contas Especial;
 - 104 servidores expulsos;
 - 237 Processos Administrativos Disciplinares e TCEsp inseridos no monitoramento;
 - 24 Processos de Tomada de Contas Especial analisados; e
 - 2 Processos Administrativos de Responsabilização.
- Gestão/Orientação:
 - Criação de Comissões Permanentes de PAD e PAAP;
 - Consultoria em implementação de Programas de Integridade pela Administração Pública;



- Consultoria de Governança da COPERGÁS;
- Elaboração do Manual para Implementação de Programa de Integridade pela Administração Pública; e
- Secretariar a Comissão de Ética Pública.

1.7. Secretaria Executiva de Transparência e Controle (SETCO)

Compete à SETCO prestar assessoramento direto ao Secretário da Controladoria-Geral do Estado; planejar e coordenar políticas, programas, ações e projetos voltados à promoção da transparência, à participação cidadã, à produção de informações estratégicas e baseadas em risco, à orientação da gestão de convênios e parcerias, regularidade, finanças e prestação de contas do Poder Executivo Estadual

1.7.1. Diretoria de Orientação ao Gestor e Informações Estratégicas (DOGI)

Compete à DOGI orientar a gestão orçamentária, financeira e prestação de contas do Poder Executivo Estadual; produzir informações estratégicas e baseadas em risco; promover o intercâmbio de informações entre os servidores do Poder Executivo, em matérias relativas ao controle interno; e fomentar o desenvolvimento científico no âmbito da SCGE.

Seguem os principais resultados alcançados pela DOGI em 2022:

- Orientação aos Gestores:
 - 94,9% de satisfação das orientações realizadas;
 - 1030 e-atendimentos em 2021;
 - 90 atendimentos presenciais realizados;
 - 37 Boletins Informativos elaborados;
 - 13 Notas Técnicas elaboradas;
 - 513 Ações de Suporte e Orientação GPC realizadas;
 - Coordenação da elaboração e envio da PC GOV 2020;
 - 04 Manuais/Cartilhas elaborados:
 - Retenções Tributárias (2ª versão);
 - Cartilha de Suprimento Individual (2ª Versão);
 - Cartilha de Contratação Terceirizada; e
 - Cartilha de Perguntas e Respostas SCGEOrienta.
- Informações estratégicas:
 - 18 Trilhas executadas;
 - 6.901 indícios identificados;
 - Economia Potencial anual de R\$ 7,58 milhões;



- Monitoramento mensal de receitas e de despesas e apoio à decisão do Núcleo de Gestão, da CPF e da CPP com projeções de receitas e despesas;
- Monitoramento do VEM Trabalhador (antecipação do Estado à URBANA - Ação COVID-19);
- Monitoramento em Trilhas contínuas dos beneficiários do Chapéu de Palha;
- 02 estudos executados;
 - Compras Governamentais; e
 - Programa Auxílio-Moradia.
- 52 ações realizadas, sendo 38 de Informações estratégicas e 14 de análise de risco.
- Escola de Controle Interno:
 - 40+ Portfólio de cursos, palestras e oficinas;
 - 64 Capacitações (cursos, oficinas e Webinários) realizadas;
 - 3400+ Servidores capacitados;
 - Atuação nas 3 Linhas de Controle;
 - Atuação virtual, alcançando público nacional através dos Webinários realizados;
 - 43 Instrutores servidores da SCGE;
 - 9 Turmas EAD ao vivo do curso PC Eletrônica - 237 servidores capacitados; e
 - 4 Turmas EAD com tutoria do curso LGPD - 510 servidores capacitados.

1.7.2. Diretoria de Convênios e Regularidade (DCON)

Compete à DCON produzir informações relativas a convênios de receita; apoiar e orientar os órgãos e entidades do Estado quando da celebração, da execução e da prestação de contas dos convênios de receita e outras transferências; acompanhar apontamentos apresentados por órgãos de controle externo; padronizar os procedimentos de monitoramento e de execução dos referidos instrumentos no Poder Executivo Estadual; monitorar, orientar e apoiar as parcerias e transferências voluntárias de recursos estaduais; orientar e acompanhar as ações necessárias à regularidade jurídica, fiscal, econômico-financeira e administrativa dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Seguem os principais resultados alcançados pela DCON em 2022:

- Convênios de Despesa:
 - Gestão do CRT: 2.000+ processos de análise concluídos para Certificação de Transferências Voluntárias Estaduais - CERT;
 - Avaliação do acervo de Prestação de Contas Pendentes no e-Fisco, com repercussão de baixa de prestação de contas de quase R\$ 3 milhões, após notificação pela SCGE. Recomendações de Controle;
 - Elaboração do Manual de Parcerias com Organizações da Sociedade Civil



- (OSC) - Decreto Estadual nº 44.474/2017;
- Elaboração de Padrões e Modelos (Edital, Minuta de Convênio/Termo, Plano de Trabalho, etc.) relacionados aos Decretos nº 39.376/2013 (celebração de convênios com Municípios) e 44.474/2017 (celebração de termos de fomento e colaboração com organizações da sociedade civil); e
 - Grupo de trabalho do primeiro projeto do LISP na SCGE. Automatização da análise de Certidões do Cadastro da Regularidade de Transferências Estaduais (CRT).
 - Convênios de Receita:
 - Melhoria da gestão: Acompanhamento e Ações de Apoio da Implantação do MEG-Tr no Estado de Pernambuco: 31 UGs monitoradas. Implantação em 16 UGS. Ampliação da atuação - apoio aos Municípios;
 - Monitoramento de 500+ instrumentos de Convênios de Receita e Contratos de Repasse vigentes;
 - Monitoramento da resposta de 150+ Notificações enviadas pelos Ministérios Concedentes, através do SICONV, para as Unidades Gestoras do Estado;
 - Acompanhamento da execução dos recursos de Transferências Especiais, provenientes de Emendas Parlamentares Federais, cujos valores recebidos pelo Estado são da ordem de R\$ 12,7 milhões; e
 - Apoio na operacionalização, por intermédio da utilização da Plataforma+Brasil, da gestão dos recursos emergenciais provenientes da Lei Aldir Blanc, Lei de Conectividade e Lei de Gratuidade do Transporte de Idosos, cujos valores recebidos pelo Estado são da ordem de R\$ 364,6 milhões.
 - Regularidade:
 - Renovação da Certidão Negativa de Débitos do Estado (CND). 2 rodadas. (120+ CNPJs relacionados de forma direta e 2000+ CNPJs relacionados de forma indireta);
 - Controle Preventivo: 600+ alertas preventivos de acompanhamento da Regularidade Estadual enviados; e
 - Controle Repressivo: Inscrições CAUC. (100% das inscrições da Administração Direta resolvidas e 80% das inscrições da Administração Indireta resolvidas).
 - Desenvolvimento de Sistemas de Gestão de Transferências Voluntárias Federais, de Transferências Voluntárias Estaduais e do Monitoramento da Regularidade Estadual - Projetos PROFISCO no valor montante previsto de US\$ 590.000,00; e
 - Capacitação: 120+ capacitados nos Módulos A e B do SICONV e na temática de Convênios de Despesa. Economia potencial de R\$ 130.000,00+.

1.7.3. Diretoria de Transparência e Participação Cidadã



Compete à DTPC organizar e supervisionar tecnicamente as matérias relacionadas à transparência e à participação cidadã; formular e coordenar políticas, ações, projetos e programas voltados à promoção da transparência ativa da gestão e ao estímulo da interação entre sociedade e Governo; coordenar as ações de gestão e manutenção das ferramentas de transparência ativa da gestão, bem como de monitoramento da atualização de suas informações; propor normatizações e orientações relacionadas à transparência ativa e à participação cidadã. A DTPC foi criada em 2023, a partir do desmembramento de atividades da DOGE.

1.8. Diretoria de Planejamento e Gestão (DPGE)

É objetivo da DPGE articular as atividades finalísticas com as atividades de suporte dentro da SCGE; dirigir o planejamento, o monitoramento das ações de controle interno, a gestão administrativa de pessoas e orçamentária e financeira.

Seguem os principais resultados alcançados pela DPGE em 2022:

- Elaboração e coordenação do planejamento anual SCGE 2022;
- Monitoramento das ações da SCGE;
- Elaboração do Relatório de Desempenho da Gestão SCGE (referente ao exercício 2021);
- Coordenação da elaboração/revisão de processos na SCGE;
- Atualização do Portfólio SCGE;
- Elaboração da LOA 2023, com revisão Programática de todas as ações;
- Elaboração de 2 Relatórios de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil;
- Construção do Painel de Informações Gerenciais;
- Elaboração de 11 Relatórios de Análise Contábil;
- Emissão de 10 Pareceres de Análise de Reajuste Contratual;
- Emissão de 302 Mapas de Retenção Tributária; e
- Concluído o 5º Ciclo do Gestão por Competências em dezembro/22.

1.9. Diretoria de Tecnologia da Informação do Controle Interno (DTCI)

Compete à DTCI gerir, planejar e coordenar as atividades de Tecnologia da Informação e Comunicação; prospectar e desenvolver soluções que ampliem a capacidade de atuação da SCGE; prover ferramentas que auxiliem na modernização das atividades do controle interno; estimular parcerias com a academia para projetos de tecnologia.

Seguem os principais resultados alcançados pela DTCI em 2022:

- Laboratório de Inovação do Setor Público (LISP):



- Projeto de Mentoria realizado em parceria com a Usina Pernambucana de Inovação, focado na automação da análise de documentos para emissão do CERT.
- Projeto de automação do processo de solicitação de diárias desenvolvido durante o curso PETIn GOV realizado em parceria com a usina de inovação.
- Estudo de viabilidade e elaboração de processo de contratação do processo de transformação digital no atendimento a dúvidas do cidadão no uso do portal da transparência estadual.
- Monitoramento Estadual da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD):
 - 23 produtos: manual, guias, mapas, modelos;
 - Média de adequação estadual de 57,85% no segundo semestre (Avaliações semestrais PEPDP);
 - 254 servidores capacitados, 4 turmas, avaliação 9,2;
 - 28 atendimentos à Rede de Encarregados (SCGE-Orienta)
 - 36 orientações individuais; e
 - 15 participações em eventos (Destaques: CONACI e MPPE)
- Produção de Informações (Painéis e Trilhas):
 - Atendimento tempestivo às recomendações do TCE e MPF (Painéis de Despesas Covid e Painel Fundeb);
 - Conclusão do upload automático de Dados Abertos; e
 - Novas trilhas de auditoria implementadas (Verbas não acumuláveis, gratificações, etc).
 - Portal da Transparência (manutenções nos painéis de despesa, receitas, licitações, contratos, benefícios fiscais, remunerações)
 - Manutenção nos Painéis internos (Manifestação Ouvidoria, Monitoramento dos Pedidos de Acesso à Informação- PAI, Monitoramento Portal da LAI, Convênios, CRT)
- Sistemas:
 - Adequação do GCON atual às solicitações da LGPD;
 - Sistema emergencial de Ouvidoria;
 - Sistema de contratos emergenciais;
 - Sistema ARE - Acompanhamento de regularidade estadual;
 - Sistema NOVO de Ouvidoria;
 - Sistema de Integridade;
 - Sistema CRT - Cadastro da Regularidade de Transferências Estaduais;
- Infraestrutura:
 - Gestão da internet;
 - Rede interna (intranet, extranet, pasta de redes);



- Gestão do Ambiente do Datacenter (Servidores, Discos, Banco de Dados, Softwares;
- Gestão das Aquisições de TI;
- Gestão da Segurança de Informação;
- Sustentação dos Serviços de SUPORTE à infraestrutura de TI (Cerca de 1.800 atendimentos por ano)

1.10. Diretoria da Ouvidoria-Geral do Estado (DOGE)

Compete à DOGE gerir o desempenho da Rede de Ouvidorias do Estado; revisar as padronizações de procedimentos e a adequação de suas unidades; apoiar as ações da Ouvidoria-Geral do Estado; fortalecer a transparência ativa da gestão; planejar e coordenar ações, projetos e programas e eventos itinerantes de estímulo ao controle social da gestão pública.

Seguem os principais resultados alcançados pela DOGE em 2022:

- Ouvidoria:
 - Adequação à LGPD, com criação de formulário eletrônico específico, edição de Portaria e ações de capacitação com a Rede de Ouvidorias;
 - Na coordenação do GT LGPD e o Papel das Ouvidorias da Rede Nacional de Ouvidorias, elaboração de matriz de Boas Práticas;
 - Apoio aos municípios, com a elaboração de Guia de Implementação de Ouvidorias pela Rede Ouvir PE e participação na elaboração de norma modelo com mesma finalidade, pela Rede Nacional de Ouvidorias;
 - Atuação integrada com secretarias de Estado no esclarecimentos de dúvidas dos usuários da Ouvidoria sobre as ações de retomada da economia (Covid);
 - Acompanhamento das ações do Planejamento Estratégico 2021-2023 da Rede Estadual; e
 - Oferta de novo curso “Ouvidoria e Controle Interno”, com realização de 3 turmas.
- Transparência:
 - Acompanhamento da atualização do Sistema de Contratações em decorrência da pandemia do novo coronavírus;
 - Novos painéis Fundeb, Licitações e Convênios de receita e reformulação do painel Servidores, com destaque para outros créditos; e
 - Regulamentação da Transparência de Obras Públicas.
- Controle Social:
 - Atuação integrada para realização de ações de fomento ao controle social, como o I Seminário de Ouvidorias Ambientais, com a Ouvidoria da SEMAS e o



Programa de Educação Fiscal, com a SEFAZ.

Conclusão

As atividades desenvolvidas pela SCGE objetivam o direcionamento do exercício das funções de controle interno (Auditoria, Controladoria, Ouvidoria e Correição) de forma integrada entre suas diretorias, em parceria com o controle externo.

Ao final de cada ano, é esperado o fortalecimento das ações de controle interno nos seguintes eixos:

- Alinhamento das ações da SCGE com o Plano Estratégico do Governo do Estado;
- Conhecimento do controle administrativo primário existente nas unidades analisadas;
- Fortalecimento do Controle Administrativo;
- Ação proativa e preventiva do Controle Interno;
- Disseminação da cultura de controle; e
- Foco da atuação da Controladoria na melhoria do gasto público.